



As metamorfoses do valor: capital intangível e hipótese substancial

Reflexões a respeito da historicidade do valor

Metamorphoses of value: intangible capital e the substantial hypothesis

Some observations about the historicity of value

Alain Herscovici*

RESUMO

Este trabalho propõe esboçar as evoluções das concepções relativas ao conceito de valor, na construção da Ciência Econômica; à luz dos trabalhos de André Orléan, ressaltarei a historicidade dos diferentes conceitos de valor empregados na Ciência Econômica e, a partir da refutação da hipótese substancial, mostrarei como é possível explicar as modalidades de criação de valor no que concerne as diferentes formas de capital intangível.

Esta problemática se relaciona diretamente com as atividades ligadas à produção imaterial; hoje os elementos ligados à Cultura, à Informação e ao Conhecimento cumprem um papel cada vez mais importante nas modalidades de produção, de valorização econômica e de apropriação social do conjunto da produção.

Palavras-chave: Valor; Capital Intangível; Utilidade Social.

ABSTRACT

This study aims to sketch the evolution of the various conceptions of value in the construction of Economic Science; from Orléan's work, I will highlight the intrinsic historicity of value and consequently refute the substantial hypothesis. I will apply this approach to study the modalities of the creation of value with regard to the various forms of intangible capital.

This problem is directly linked to activities related to immaterial production; today immaterial components linked to Culture, Information and Knowledge play an important role in the process of production, economic valorization and social appropriation of all production.

Keywords: Value; Intangible Capital; Social Utility.

* Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, Coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) e do Grupo de Estudos em Economia da Cultura, da Informação, do Conhecimento e da Comunicação (GECICC) do Mestrado em Economia da UFES, Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES. Endereço: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-910 - Vitória, ES. Telefone: (27) 3235- 7308. E-mail: alhersco.vix@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe esboçar a evolução das concepções relativas ao conceito de valor na construção da Ciência Econômica. À luz dos trabalhos de André Orléan (2011), ressaltarei a historicidade dos diferentes conceitos de valor empregados na Ciência Econômica. Neste sentido, a historicidade se opõe à universalidade: o valor não é uma característica intrínseca dos objetos trocados nos mercados, mas uma construção histórica e social.

Ilustrarei isso a partir dos diversos bens intangíveis, e ressaltarei os limites explicativos dos diferentes conceitos de valor construídos pela Economia, para estudar as diferentes formas de capital intangível. Esta problemática se relaciona diretamente com as diferentes formas de produções imateriais no capitalismo contemporâneo. Se, inicialmente, houve uma industrialização, limitada, dos setores ligados a essas produções, hoje podemos observar o movimento inverso: os componentes ligados à Cultura, à Informação e ao Conhecimento, cumprem um papel cada vez mais importante nas modalidades de produção, de valorização econômica e de apropriação social do conjunto da produção.

Em uma primeira parte, explicitarei os diferentes conceitos de valor construídos pelas diferentes escolas de pensamento e definirei, a este respeito, a hipótese substancial. Em uma segunda parte, ressaltarei os limites explicativos deste tipo de análise no que diz respeito aos bens intangíveis e proporei uma explicação alternativa para essas modalidades de criação de valor.

VALOR E HISTORICIDADE

As diferentes concepções do valor

A Escola Clássica

Desde o século XVIII, com a Fisiocracia, o valor constitui um dos problemas fundamentais da Ciência Econômica então nascente: quais são os elementos que determinam o valor das mercadorias produzidas e trocadas nos mercados? A Economia Clássica, que nasce com os Fisiocratas e se desenvolve com Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, e com Sraffa e a escola neoricardiana em 1960, explica o valor a partir do trabalho. Para além das diferenças entre esses autores, o objeto de estudo é construído a partir do trabalho.

Há dois tipos de justificativas:

- i) Adam Smith (1980, v. 1, p. 117) afirma, a respeito do paradoxo da água e do diamante, que a utilidade não pode ser a causa do valor: a água é um bem essencial para a sobrevivência dos homens, tem uma utilidade muito elevada, mas ela não tem valor, no sentido em que ela é um bem livre, disponível em abundância (trata-se de uma parábola), ou seja, não submetido à escassez. Ao contrário, o diamante não tem utilidade, é escasso, mas tem um valor elevadíssimo. Assim, a utilidade não pode ser a fonte do valor; este argumento parte do pressuposto segundo o qual os bens possuem uma utilidade intrínseca, ou seja, eles possuem a mesma utilidade para todos os

agentes econômicos; esta concepção será rejeitada pela economia neoclássica que utiliza a teoria do valor subjetivo.

- ii) Smith, Ricardo e Marx reconhecem o fato de que o jogo da oferta e da demanda não tem condições de explicar o valor. A posição de Marx é significativa: o jogo da oferta e da demanda é indeterminado em função da ausência de uma relação de causalidade - há “Determinação dos preços pela oferta e pela demanda e também da oferta e da demanda pelos preços” (1976, Livro III, p. 205). Assim, o jogo da oferta e da demanda explica apenas o desvio momentâneo entre os preços de mercado, ou seja, os preços reais observados, e o preço natural (*natural price* na terminologia de Marx); por outro lado, à medida que o mercado for concorrencial, os preços de mercado convergem para a posição de longo prazo representada pelos preços naturais.

Se, por exemplo, a demanda for superior à oferta, o preço de mercado será superior ao preço natural. Tal situação assinala que a taxa de lucro neste setor é superior à taxa média de lucro, o que se traduz pelo aumento da oferta neste setor, ou seja, pela diminuição do preço de mercado: tal mecanismo opera até a demanda se igualar com a oferta, anulando o desvio inicial entre o preço de mercado e o preço natural. O preço natural representa o valor que os preços reais alcançam no longo prazo; o preço natural representa o *regulador* a partir do qual os preços reais vão gravitar. Para a Economia Clássica, o trabalho determina esses preços.

Nos *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Ricardo afirma que a teoria do trabalho se aplica apenas aos bens cuja oferta pode ser aumentada a partir do aumento da quantidade de trabalho aplicado na sua produção: certos bens como objetos de arte e vinhos raros (RICARDO, 1982, p. 44) escapam a esta regra e seu valor é determinado apenas a partir de sua escassez.

Sem entrar nos detalhes da análise econômica, podemos afirmar que, para a Escola Clássica, o trabalho constitui o determinante do valor das mercadorias e o regulador de mercado: o preço será determinado a partir dos custos diretos e indiretos em trabalho.

A Economia neoclássica: o valor utilidade

A teoria do valor utilidade, baseada na utilidade subjetiva, constitui uma explicação alternativa em relação à teoria do valor trabalho: a partir dos escritos dos filósofos utilitaristas (Mill, Jevons, Menger), desenvolve-se uma teoria do valor utilidade fundada sobre a subjetividade do agente econômico: as preferências são fixas e exógenas, e, por natureza, subjetivas. Tal concepção permite elucidar o paradoxo da água e do diamante: a utilidade subjetiva do diamante pode ser superior àquela da água, em função desta dimensão subjetiva.

O “Homo Economicus” é racional à medida que ele maximiza sua utilidade total, minimizando as dores e maximizando os prazeres: o consumidor maximiza a utilidade que resulta de seu consumo, o capitalista maximiza seu lucro.

Em nível agregado, quando as condições de concorrência pura e perfeita são verificadas, o sistema alcança, naturalmente, uma situação do ótimo, o chamado ótimo de Pareto. Este sistema de concorrência pura e perfeita funciona a partir do momento em que as seguintes condições são verificadas:

- i) As preferências expressam as escolhas subjetivas dos indivíduos, e essas escolhas são determinadas individualmente, sem relações com os outros agentes (ORLÉAN, 2011, p. 58). Esta característica é incompatível com os comportamentos estratégicos, ou seja, com a generalização da interdependência dos agentes. Os preços traduzem assim a intensidade da necessidade: se, para um preço alto, o consumidor resolve comprar o bem, isto significa que a utilidade propiciada pela sua compra será pelo menos tão intensa quanto o esforço necessário para adquirir este bem.
- ii) O postulado de homogeneidade é verificado: o preço resume a totalidade da informação necessária para os agentes poderem avaliar, *ex-ante*, a utilidade. A qualidade determina o preço (HERSCOVICI, 2012(a)): a um preço alto corresponde, sistematicamente, uma qualidade alta também. Não há incerteza no que diz respeito à qualidade, nem no que diz respeito à possibilidade de avaliar, *ex-ante*, esta utilidade. À medida que a utilidade marginal¹ é decrescente, no que concerne a um bem homogêneo, os consumidores vão obrigatoriamente diversificar sua cesta de consumo para maximizar sua utilidade total.

A natureza econômica da renda

No âmbito da economia ricardiana e marxista, a renda representa uma punção parasitária operada sobre o valor criado pelo trabalho. Os mecanismos ressaltados pela teoria da renda diferencial de Ricardo são os seguintes: enquanto as terras de melhor qualidade (aquelas que apresentam a maior produtividade) são abundantes, elas não são objeto de direitos de propriedade privada. Quando essas terras se tornam escassas, direitos de propriedade privados lhe são aplicados; os proprietários fundiários alugam esta terra e recebem em contrapartida uma renda. A renda é deduzida do valor criado pela aplicação de trabalho produtivo na terra: ela é totalmente improdutiva, pelo fato de não corresponder a nenhum trabalho, mas apenas à propriedade.

Podemos observar que, com a parte crescente das diferentes formas de capital intangível ligadas à propriedade intelectual (direitos de propriedade intelectual, *copyrights*, patentes, marcas), a natureza econômica da renda mudou, à medida que a propriedade está diretamente ligada, pelo menos parcialmente, ao trabalho intelectual. Neste sentido, em relação às novas modalidades de criação de valor, ela deixa de ser totalmente improdutiva.

A produção de conhecimento é altamente cumulativa: a taxa de produção de novos conhecimentos depende do estoque de conhecimento à disposição dos pesquisadores, ou seja, do trabalho realizado no passado; assim, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia se caracteriza por uma socialização da produção. O sistema de direitos de propriedade privada só remunera o trabalho do “produtor aparente”, e não do conjunto que participou desta criação semicoletiva.

¹ Na terminologia econômica, a utilidade expressa a satisfação do agente econômico; a escola marginalista raciocina “na margem”, ou seja, em termos de variações. A utilidade marginal expressa a satisfação suplementar ligada ao consumo de uma unidade suplementar do bem ou do serviço; assim, a lei da utilidade marginal decrescente expressa o fato que a utilidade marginal diminui quando o consumo aumenta.

Por outro lado, na Economia Clássica, é a escassez que explica o aparecimento do regime de propriedade privada, conforme ressalta a análise de Ricardo. Hoje, no que diz respeito à economia dos bens intangíveis, a relação de causalidade é invertida: o desenvolvimento das redes sociais criou uma abundância desses bens. Uma multidão de arquivos digitais (textos, imagens, arquivos audiovisuais) é acessível pelos usuários da rede: esses bens perdem o estatuto de bens econômicos para se tornarem bens livres. *O sistema de Direitos de Propriedade Intelectual, pelo fato de tentar criminalizar o download de arquivos, tenta recriar uma escassez para esses bens* (HERSCOVICI, 2012(b)).

Na Economia Neoclássica, a renda é uma das características do monopólio; ela se traduz por um preço superior ao custo marginal² e, conseqüentemente, é concebida como uma perda de bem-estar social, em relação à situação de concorrência pura e perfeita.

A hipótese substancial

As diferenças entre as concepções relativas aos determinantes do valor correspondem à construção de objetos de estudo totalmente diferentes: essas escolhas correspondem à construção do núcleo duro de cada programa de pesquisa científico (LAKATOS, 1970); são critérios aceitos pela comunidade científica e não passíveis de comprovação científica. Esta escolha é, por natureza, subjetiva.

Não obstante, essas duas escolas, a clássica e a neoclássica, compartilham um mesmo pressuposto: *a hipótese substancial*³. O pressuposto comum a essas duas escolas consiste no fato de reconhecer, implicitamente, que, no mundo das mercadorias, os bens trocados no mercado possuem, intrinsecamente, um valor. Este valor faz parte da natureza dessas mercadorias: independentemente das dimensões sociais e simbólicas, antes de serem trocadas no mercado, as mercadorias já possuem um valor econômico determinado pelo trabalho ou pela utilidade.

No que diz respeito à Economia Clássica são duas teses: Adam Smith (1980, p. 93) parte do pressuposto de que os seres humanos têm uma propensão natural à troca: assim, a produção é realizada em função da troca no mercado. Esta visão é contrária a todos os trabalhos de antropologia econômica que ressaltam, ao contrário, que a generalização da troca é uma característica do sistema capitalista (GODELIER, 1969). Adam Smith universaliza assim características que são específicas ao capitalismo.

Marx, ao contrário, historiciza a análise, mostrando que o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho socialmente necessário, é a substância do valor no sistema capitalista. A lei do valor implementa uma tripla transformação: o trabalho concreto é transformado em trabalho abstrato, o trabalho complexo em trabalho simples, e o trabalho individual em trabalho social (RUBIN, 1980, p. 155). Focalizarei a análise sobre o primeiro e o terceiro níveis dessa transformação.

Não obstante, aparecem certas ambigüidades na argumentação desenvolvida por Marx:

² Da mesma maneira que no que diz respeito à utilidade marginal, o custo marginal representa o custo suplementar necessária para a produção de uma unidade suplementar. As propriedades matemáticas de uma função de lucro são tais que o lucro total é maximizado quando o custo marginal se iguala com a receita marginal.

³ É o termo utilizado por Orléan (2011, p. 44).

- i) Marx reconhece que o valor de uso é “natural”, ou seja, universal: a utilidade é determinada “[...] pelas propriedades do corpo das mercadorias[...]” (MARX, 1976, Livro I, p. 44) e “[...] não expressa relação social de produção” (MARX, 1972, p.8). Refuto esta hipótese: a utilidade dos bens materiais e imateriais não é natural, mas essencialmente social e histórica. A análise de Bourdieu (1979), por exemplo, mostra claramente que esta utilidade (os “gostos”) é determinada socialmente, pela própria lógica dos campos sociais de produção, e pelo jogo de distinção que lhes é próprio.
- ii) Por outro lado, Marx parte da hipótese segundo a qual o valor de troca é determinado a partir do trabalho social. Não obstante, o problema consiste em estudar as modalidades de transformação dos trabalhos individuais em trabalho social: quando há generalização das mercadorias, a socialização dos trabalhos individuais se expressa principalmente pelo trabalho abstrato (MARX, 1976, p. 75). Esta modalidade de socialização dos trabalhos individuais “[...] adquire por isto mesmo um caráter *histórico*, aquele de um modo de produção social específico.” (Idem, o grifo é meu).

Não obstante, a dimensão histórica da análise é limitada, pelo fato de assimilar o capitalismo à generalização da mercadoria: o vetor principal de socialização dos trabalhos individuais é obrigatoriamente o trabalho abstrato incorporado nas mercadorias. Esta análise remete à definição do modo de produção capitalista; para Marx, este se define a partir da generalização da mercadoria e, conseqüentemente, do trabalho abstrato como modalidade de socialização dos trabalhos individuais. Marx assimila o capitalismo a um modo de produção essencialmente industrial.

Para Braudel (1985), ao contrário, o capitalismo não se define em função da generalização da produção industrial, mas pela existência de uma superestrutura específica. Neste caso, o capitalismo não se define mais pela generalização da mercadoria; *a lógica mercantil pode se desenvolver fora a forma mercadoria*, pela extensão da lógica de mercado para várias áreas da produção social. Em outras palavras, a socialização dos trabalhos individuais se implementa a partir de sua validação no mercado, a partir da forma preço. Há outras modalidades de socialização do trabalho que não estão ligadas à forma mercadoria: (a) as diferentes formas de capital fictício mostram que certos bens têm um preço, ou seja, são negociados no mercado, mas que sua valorização não se explica a partir da quantidade de trabalho social necessária para sua produção: a terra, os títulos financeiros e as obras de arte, por exemplo; (b) isto salienta *a autonomia da forma preço em relação ao valor* à medida que a forma preço pode deixar de expressar qualquer relação com a quantidade de trabalho abstrato.

Assim, a historicidade da análise de Marx é limitada pelo fato de ele definir, implicitamente, o capitalismo pela generalização da mercadoria; mesmo no capitalismo, se todo trabalho abstrato é trabalho social, nem todo trabalho social é trabalho abstrato. Da mesma maneira que os produtos culturais, os diferentes tipos de capital intangível se valorizam a partir de trabalhos específicos; a socialização se implementa em função dessas especificidades. O desenvolvimento dos diferentes regimes de propriedade intelectual expressa essas modificações: eles têm por objetivo remunerar o produto desses trabalhos altamente específicos, a partir da renda de monopólio que esses direitos permitem auferir. Esta modalidade de remuneração do trabalho corresponde ao desenvolvimento de todas as formas de capital intangível, e é diferente do salário.

- iii) De fato, *Marx adota a hipótese substancial*. Ele reconhece o fato que a substância dos bens trocados no mercado é o trabalho abstrato: “torna-se óbvio que não é a troca que determina a quantidade de valor de uma mercadoria, mas, o contrário, a quantidade de valor que determina a troca” (MARX, 1976, Livro I, p. 69).

É preciso observar que o valor se realiza na esfera da circulação e não na esfera da produção, sob a forma monetária, ou seja, sob a forma preço, e não diretamente a partir das quantidades de trabalho: se um capitalista gasta, por exemplo, 10 horas de trabalho para produzir uma mercadoria e o mercado valida apenas 7 horas, 3 horas de trabalho não constituem trabalho social; é na esfera da circulação que o trabalho se torna efetivamente social, e não na esfera da produção (HERSCOVICI, 1995), *é na esfera da circulação, sob a forma monetária, que se afirma este caráter social*.

No que diz respeito à Economia Neoclássica, as diferentes hipóteses adotadas fazem com que o Homo Economicus maximize sua utilidade a partir de duas variáveis: as quantidades e os preços. De fato, as preferências dos agentes são fixas e exógenas; o individualismo metodológico implica que as interações entre os diferentes agentes sejam ignoradas. Finalmente, o postulado de homogeneidade permite resolver o problema da qualidade: o preço é um indicador confiável em relação a esta qualidade.

Apesar das diferenças e das incompatibilidades entre essas duas escolas, elas compartilham uma hipótese comum: as mercadorias, na terminologia clássica, ou os bens, na terminologia neoclássica, possuem um valor intrínseco e universal: o trabalho na teoria clássica, ou a utilidade subjetiva para a teoria neoclássica.

Essas duas explicações negam assim a dimensão histórica e social, conseqüentemente relativa, do valor dos bens, para afirmar, ao contrário, a universalidade deste valor. É a hipótese substancial: a tese desenvolvida neste trabalho, ao contrário, ressalta os limites das análises que utilizam esta hipótese, e pretende ressaltar a historicidade do valor e suas modificações no próprio sistema capitalista.

DA HIPÓTESE SUBSTANCIAL AO VALOR AUTORREFERENCIAL E À UTILIDADE SOCIAL

As premissas: a Economia da Cultura

A Economia da Cultura ilustra perfeitamente esta problemática e ressalta a historicidade das teorias do valor.

Os limites das Escolas Clássica e Neoclássica

No que diz respeito à Economia Clássica, é possível afirmar que a teoria do valor trabalho, nas suas diferentes vertentes, não tem condições de explicar o valor desses bens, e isto pelas seguintes razões:

- i) A valorização econômica se efetua a partir do trabalho concreto, ou seja, específico, aplicado na produção. Assim, não existem relações entre os custos em trabalho e as receitas auferidas. A análise sociológica é imprescindível: ela permite explicitar as modalidades de acumulação do capital simbólico

(BOURDIEU, 1977) e mostra assim como se cria, *socialmente*, a escassez desses produtos.

Não existe nenhum preço regulador a partir do qual os preços de mercado vão gravitar: o preço é unicamente determinado a partir da *escassez socialmente construída*, e esta economia é altamente especulativa.

- ii) À medida que não existe valor fundamental, a valorização é aleatória. O paradoxo de Van Gogh (HERSCOVICI, 2008) caracteriza este tipo de economia: este pintor não vendeu um quadro sequer quando era vivo, enquanto que atualmente suas obras são negociadas a preços altíssimos.

A economia neoclássica não fornece os elementos necessários para poder explicar o valor desses bens, isto em função dos seguintes elementos:

- A acumulação do capital simbólico se explica a partir de uma lógica de diferenciação, tanto no que diz respeito à oferta quanto na demanda⁴; esta lógica é incompatível com o individualismo metodológico e com o fato de as preferências dos agentes serem exógenas e fixas.
- Obviamente, a hipótese de homogeneidade dos bens não é verificada: o preço não tem condições de fornecer todas as informações relativas à qualidade. A avaliação desta qualidade depende diretamente de uma série de variáveis sociais que determinam as categorias de percepção dos agentes; não há homogeneidade dos agentes e a informação não é unidimensional, ou seja, não apresenta a mesma utilidade para todos os agentes.

É interessante ressaltar assim os limites explicativos da Ciência Econômica, tanto clássica quanto neoclássica, no que diz respeito à determinação do valor desses bens e serviços; tais limites provêm da hipótese substancial que as sustenta.

Mais especificamente, no que diz respeito ao valor trabalho, o paradoxo é o seguinte: à medida que os produtos culturais gravados (arquivos audiovisuais) se tornaram bens livres, ou seja, bens não escassos (disponíveis gratuita e abundantemente nas diferentes redes sociais), seu valor volta a ser determinado a partir de seus custos de produção: o valor dos DVD ou dos CD piratas, por exemplo, depende dos custos técnicos, e não é mais determinado pelas especificidades do trabalho aplicado na fabricação da matriz original. É uma ironia da História: a teoria do valor trabalho só se tornou explicativa quando os bens culturais tradicionais deixaram de ser bens econômicos.

A contribuição da Economia da Cultura

Os primeiros trabalhos de Economia da Cultura foram realizados durante o período fordista, que se caracterizava pela primazia da produção industrial: neste momento, o setor das produções culturais e, de um modo mais geral, das produções simbólicas, apresentava especificidades econômicas e não assumia uma função na lógica global de acumulação do capital. Hoje, no que é possível chamar de período pós-fordista, essas especificidades estão se generalizando para o conjunto das atividades econômicas. Se o fordismo se caracterizava pela industrialização limitada da cultura e

⁴ Bourdieu (1977) estuda esses mecanismos, respectivamente, a partir dos conceitos de campo de produção e de *habitus*.

das produções simbólicas, o pós-fordismo se caracteriza pela “desmaterialização” do conjunto da produção social.

Uma parte cada vez maior dos ativos das empresas é constituída por diferentes formas de capital intangível: direitos de propriedade intelectual, patentes, marcas, etc. Por outro lado, a Economia da Informação, na linha dos trabalhos de Akerlof (1970), Grossman e Stiglitz (1976, 1980) e a Nova Economia Institucional (WILLIAMSON, 2002), ressaltam o papel assumido pelas especificidades do trabalho nas modalidades de valorização e de apropriação dos bens. O conceito de salário de eficiência (STIGLITZ, 1987) mostra claramente que a qualidade do trabalho fornecido depende diretamente do preço: quanto maior o preço, maior esta qualidade.

Assim, conforme afirma Orléan (2011, p. 22), *a economia torna-se relacional*; ela depende diretamente das relações interpessoais, e não mais das quantidades. A hipótese de homogeneidade não é mais respeitada, e está havendo incerteza crescente no que diz respeito a esta qualidade. De fato, as matrizes clássica e neoclássica raciocinam a partir de um conjunto de bens e de fatores de produção homogêneos; neste sentido, elas universalizam as características do capitalismo industrial. A ruptura necessária consiste em abandonar esta hipótese de homogeneidade: *a economia das magnitudes tem que ser substituída pela economia das relações* (ORLÉAN, 2011, p. 22); nesta economia, a qualidade, ou seja, a utilidade dos bens depende diretamente do comportamento dos diferentes agentes que oferecem esses bens. Esta lógica não se explica a partir dos custos em trabalho, nem a partir da utilidade, na sua versão neoclássica: a qualidade não é dada, nem constante, e os agentes desenvolvem comportamentos estratégicos a partir da generalização das relações de interdependência.

Da Economia da Cultura à Economia dos bens intangíveis: o valor autorreferencial e a utilidade social

O valor autorreferencial

O valor depende diretamente de convenções vigentes: a moda, o capital simbólico acumulado pelos diferentes produtores culturais (BOURDIEU, 1977), o poder das marcas, etc.. Essas convenções são regras, normas sociais, *habitus*, no sentido definido por Bourdieu (1979). São construções sociais que orientam as crenças dos indivíduos, que organizam sua percepção, que guiam sua compreensão e que permitem elaborar suas expectativas.

O sistema entra em crise quando determinada convenção deixa de funcionar para ser substituída por outra: aparecimento de uma nova geração artística que gera uma desclassificação das escolas artísticas (BOURDIEU, 1977) e que corresponde a uma modificação do poder simbólico no seio do campo de produção - inovação schumpeteriana que gera um processo de destruição criadora, tendências altistas no caso de um mercado especulativo; neste último caso, a bolha especulativa estoura quando a convenção utilizada até então deixa de ser socialmente legitimada.

O valor torna-se autorreferencial. Trata-se de um mecanismo que pode ser aplicado a vários outros tipos de mercado nos quais não é possível determinar um valor fundamental dos bens e dos capitais, o que corresponde exatamente aos mercados ligados às diferentes formas de capital intangível. Este mecanismo foi esboçado por

Keynes, na “Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda” (1980), a partir da metáfora do concurso de beleza, para explicar a dinâmica da especulação financeira.

O investimento por parte dos profissionais pode ser comparado aos concursos organizados pelos jornais, onde os participantes têm de escolher os seis rostos mais belos entre uma centena de fotografias, ganhando o prêmio o competidor cuja seleção corresponda, mais aproximadamente, à média dos competidores em conjunto; assim, cada concorrente deverá escolher não os rostos que ele próprio considere mais bonitos, mas os que lhe parecem mais próprios a reunir as preferências dos outros concorrentes, os quais encaram o problema do mesmo ponto de vista. Não se trata de escolher os rostos que, no entender de cada um, são realmente os mais lindos, nem mesmo aqueles que a opinião geral considere realmente como tais. Alcançamos o terceiro grau, no qual empregamos a nossa inteligência em antecipar o que a opinião geral espera que seja a opinião geral. E há pessoas, segundo creio, que vão até o quarto e o quinto grau, ou mais longe ainda” (KEYNES, 1980, p.129).

Cada agente pode elaborar expectativas relativas ao valor intrínseco do título financeiro, e determinar assim seu valor fundamental (o rosto que ele acha mais bonito). Não obstante, não existe nenhum mecanismo automático a partir do qual o mercado valida esta expectativa particular; o que o mercado vai validar é o produto das expectativas do conjunto dos agentes. Se chamarmos de *crença de primeiro grau* as expectativas dos agentes a respeito do rosto que ele acha realmente mais bonito, e *crenças de segundo grau* o que o agente acha que o mercado vai eleger como sendo o rosto mais bonito, é possível afirmar que o agente que consegue prever melhor, e auferir o ganho correspondente, é aquele que consegue prever melhor quais serão as preferências da maioria dos participantes neste mercado⁵. Se cada agente elabora suas expectativas deste modo, o mercado validará as expectativas relativas às expectativas da maioria dos agentes: trata-se de “[...] antecipar o que a opinião geral espera que seja a opinião geral”. (KEYNES, 1980, p. 129); é uma *crença de terceiro grau*.

O mecanismo é relativamente complexo, na medida em que as expectativas (ou crenças) dos agentes não são homogêneas; a realidade de um mercado concreto implica, ao contrário, que haja uma divergência no que concerne às expectativas dos agentes. Em um mercado especulativo, para que as trocas sejam efetivamente realizadas, é preciso que certos agentes prevejam uma queda do valor dos títulos para vendê-los, enquanto outros prevejam uma alta deste valor, para querer comprá-los. Não obstante, a opinião geral indicará a tendência efetiva: uma queda ou um aumento do valor desses títulos.

Trata-se de uma definição autorreferencial do valor: o valor efetivamente validado pelo mercado é aquele que a maioria dos participantes acha que vai ser. É um caso típico de autorrealização das profecias (de terceiro grau). Não há um valor constante que o mercado vai validar, no longo prazo, mas o valor efetivo é o produto dessas interações, das modalidades de elaboração das expectativas dos agentes e dos comportamentos miméticos. Ele é relativamente estável quando vigora uma convenção, e se modifica na ausência de tal convenção. *O valor não é imanente, ele é*

⁵ No que diz respeito a uma análise detalhada deste mecanismo, com assimetrias da informação, ver Herscovici (2012 (a)).

criado e modificado a partir dessas modalidades de elaboração das expectativas ou das crenças.

É possível ilustrar este mecanismo a partir das bolhas especulativas, mais especificamente das bolhas especulativas que apareceram em 2000, a respeito dos títulos das empresas “ponto com”. Essas empresas conheciam um déficit de exploração importante: não obstante, houve uma valorização importante desses títulos financeiros. Já que o valor não é mais definido em função de parâmetros fixos, mas em função dessas expectativas autorrealizadas, pode criar-se um processo cumulativo a partir de uma convenção altista; esta convenção se traduz pelo fato que, durante o período considerado, as expectativas vão no sentido de um aumento deste valor, e refletem a “opinião geral” do mercado. À medida que não existe um valor fundamental para esses ativos, não existe um regulador de longo prazo que limita os desvios representados pela bolha especulativa. Este movimento permite manter a liquidez dos títulos e o movimento especulativo.

Contrariamente à hipótese substancial, o preço não reflete o valor intrínseco dos bens e dos capitais, porque tal valor não existe “objetivamente”; ao contrário, os preços criam o valor em função do jogo de formação das expectativas dos agentes, e de seu caráter autorrealizador. Não existe, de antemão, um valor intrínseco exógeno, definido fora do mercado e *ex-ante*, que determina os preços; ao contrário, o valor é determinado *ex-post*, a partir da relação existente entre os preços e o comportamento dos agentes. *No mercado, há uma determinação endógena do valor.*

Qual é o valor de uma obra de arte, qual é o valor de uma patente ou de determinados direitos de propriedade intelectual? Em função do caráter aleatório da valorização, não é possível definir este valor; este depende da convenção vigente no período considerado. Finalmente, isto implica redefinir as modalidades concretas da concorrência: esta consiste em modificar as convenções vigentes e em implementar novas convenções. O sistema entra em crise quando a convenção utilizada deixa de funcionar e quando ainda não apareceu outra convenção.

Esta análise ressalta as dimensões intrinsecamente sociais e históricas que tornam possível o funcionamento dos mercados concretos. Contrariamente à concepção neoclássica, os mercados não podem ser concebidos como espaços “vazios” no seio dos quais os agentes maximizam funções individuais de utilidade ou de lucro; o mercado é um espaço social e histórico onde o valor se cria a partir de determinadas convenções sociais.

A utilidade social, ou a “Economia de Google”

Da mesma maneira, é preciso estudar os mecanismos que permitem explicar o valor criado nas diferentes redes sociais na internet, na “Economia de Google”.

O sistema das redes eletrônicas produz uma série de externalidades, e as modalidades de concorrência consistem em internalizar essas diferentes externalidades (HERSCOVICI, 2013). *As externalidades de demanda* correspondem à criação de utilidade social. É uma das principais características da economia das redes, e essas externalidades correspondem ao fato de que a utilidade individual depende diretamente da quantidade total de usuários (KATZ; SHAPIRO, 1985): no caso da telefonia fixa, ou das redes de compartilhamento de arquivos, por exemplo, a utilidade para cada usuário cresce com a quantidade total de usuários.

A concorrência consiste em maximizar a quantidade de usuários, ou seja, em maximizar a utilidade social produzida pela rede. Em função do caráter indivisível e não rival dos serviços distribuídos na rede, é possível fornecer gratuitamente esses serviços para o consumidor final, e isto por um custo baixo.

As externalidades de oferta correspondem às modalidades de internalização das externalidades de demanda. No que diz respeito à demanda, quanto maior a quantidade de usuários de uma determinada rede, maior o valor que o dono da rede pode cobrar para os anunciantes. *As externalidades de demanda são convertidas em externalidades de oferta e, assim, a utilidade social constitui a fonte da criação do valor.* É interessante observar que, nessas redes, a utilidade social é criada a partir da utilização de um trabalho altamente diferenciado, e que parte deste trabalho não é pago: *youtube e Google* funcionam desta maneira.

Os mecanismos que permitem explicar a criação de valor são produzidos no mercado, a partir da construção deste tipo de relações sociais; o valor assim criado é um mecanismo endógeno produzido pelas interrelações geradas pela constituição dessas redes. As ferramentas da Escola Clássica ou Neoclássica não têm condições de explicar este mecanismo; finalmente, é óbvio que este valor é uma construção social produzida pelo e para o mercado, ou seja: em outros termos, uma convenção.

O novo debate acerca da natureza do capital

Os bens e os capitais intangíveis se caracterizam por uma heterogeneidade muito acentuada. Em nível macroeconômico, há um problema de agregação particularmente complexo: como agregar uma série de bens que são qualitativamente diferentes? Tal agregação torna necessária uma unidade comum para assegurar a comensurabilidade. A única medida comum é a avaliação monetária, ou seja, o valor monetário pelo qual esses bens são negociados.

Esta heterogeneização traz à tona uma série de questionamentos de ordem teórica e empírica: novamente, o problema do valor está sendo colocado. Não é mais possível encontrar uma substância comum que os bens e os capitais intangíveis possuem intrinsecamente, para medir este valor. Depois da famosa controvérsia de Cambridge sistematizada por Piero Sraffa (1960), reaparece um debate semelhante: como se define o valor, e como medir uma quantidade de capital agregada?

Está havendo uma heterogeneização dos diferentes componentes econômicos: do lado da demanda, o problema da avaliação dos componentes qualitativos e dos diferentes níveis de experiência dos consumidores ressalta este caráter heterogêneo. Do lado da oferta, as diferentes formas de capital (e os diferentes bens) valorizam-se a partir de suas especificidades.

O sistema de direitos de propriedade intelectual tem por objetivo proteger os trabalhos específicos e assegurar um retorno que corresponda à remuneração desses trabalhos; é por esta razão que o sistema de direitos de propriedade (DP) é mais complexo, e também menos eficiente, que aqueles aplicados na produção industrial; é por esta razão que os custos de transação relativos à implementação de tais direitos são muito mais elevados. No caso de bens industriais, o sistema de preços permite implementar, gratuitamente, e com uma eficiência total, o sistema de DP; a remuneração do trabalho é assegurada a partir dos salários; trata-se da remuneração de um trabalho homogêneo que produz bens “padrão”. No que diz respeito aos bens intangíveis, trata-se de uma *economia rentista*: trabalhos específicos são

remunerados a partir das rendas de monopólio que o sistema de DP vigente permite auferir.

Por outro lado, o problema relativo à agregação de capitais altamente heterogêneos é o seguinte: é preciso expressar em uma mesma unidade esses capitais e esses trabalhos qualitativamente diferentes. A solução consiste em expressá-los em valor; no entanto, as abordagens tradicionais não têm condições de fornecer uma solução. Apesar de tentativas tímidas e limitadas para incorporar esses elementos qualitativos nos agregados⁶, essas análises são incompletas e limitadas.

O paradoxo de Solow, formulado nos anos 1990, pode ser enunciado da seguinte maneira: os investimentos em tecnologias da informação e da comunicação (TIC) não se traduziram por um aumento das taxas de crescimento da produtividade do trabalho, nem por um aumento das taxas de crescimento do PIB. Este paradoxo se explica por uma modificação da natureza do progresso técnico, em função deste processo de heterogeneização: o impacto agregado é diluído e menor (HERSCOVICI, 2011).

OBSERVAÇÕES FINAIS

A hipótese substancial adotada neste trabalho se insere perfeitamente em uma perspectiva institucionalista, e ressalta as dimensões intrinsecamente históricas e sociais do conceito de valor econômico, mesmo nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema capitalista.

Esta historicidade permite estudar a dinâmica do sistema capitalista e mostra como, em função de suas evoluções, o conceito de valor assume morfologias profundamente diferentes. O papel crescente dos elementos imateriais ligados à informação, à cultura e ao conhecimento se traduz por uma modificação das modalidades de criação de valor. Por outro lado, a produção ligada à informação e ao conhecimento é um processo altamente cumulativo, ou seja, semicoletivo; o sistema de direitos de propriedade intelectual constitui um elemento chave à medida que ele determina quais vão ser as modalidades de apropriação social desta produção coletiva. Essas evoluções ressaltam as diferenças entre a fase industrial e a fase pós-industrial; a economia dos bens intangíveis não pode ser estudada a partir das ferramentas analíticas próprias à economia dos bens tangíveis.

Conforme afirmava Keynes, no prefácio da edição inglesa da Teoria Geral, o mais difícil não é ter ideias novas, mas esquecer as ideias antigas. Diante de modificações profundas da realidade, o cientista pode adotar dois tipos de atitudes: ou querer modificar esta realidade, de tal maneira que ela se encaixe nas ferramentas teóricas já estabelecidas, ou, ao contrário, modificar essas ferramentas para ter condições de estudar essas mudanças qualitativas da realidade. Esta segunda opção parece adequada para estudar a economia dos bens intangíveis: ela permite evitar a dupla armadilha que consiste em limitar o capitalismo à dimensão industrial ou, ao contrário, em conceber o desenvolvimento dessas formas de capital intangível como a superação do capitalismo.

⁶ Por exemplo, os preços hedônicos. Esses preços tentam integrar, em nível agregado, as mudanças qualitativas; por exemplo, em função das evoluções técnicas, x computadores fabricados hoje não são equivalentes a x computadores fabricados dez anos atrás.

REFERÊNCIAS

- AKERLOF, G. The arket for "lemons": qualitative uncertainty and the market mechanism. *Quarterly Journal of Economics*, v. 89, Aug.1970.
- BAUMOL, W. Macro-economics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis, *American Economic Review*, v. 6, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance. Contribution à l'économie des biens symboliques. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Editions de Minuit, n. 13, 1977.
- _____. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Les éditions de minuit, Paris. 1979.
- BRAUDEL, Fernand. *La dynamique du capitslisme*. Paris: Champs Flammarion, 1985.
- GODELIER, Maurice. *Rationalité et irrationalité en économie*. Paris : Librairie François Maspéro, 1969.
- GROSSMAN, S.J.; STIGLITZ, J.E. Information and competitive price system. *The American Economic Review*, v. 66, n. 2, May 1976.
- _____. On the impossibility of informationally efficient markets. *The American Economic Review*, v. 70, n. 3, p. 393-408, June 1980.
- HERSCOVICI, Alain. *Economia da cultura e de comunicação*. Vitória: EDUFES, 1995.
- _____. Direitos de propriedade intelectual, novas formas concorrenciais e externalidades de redes. Uma análise a partir da contribuição de Williamson. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2008. Working Papers.
- _____. Economic growth, technical progress and labor productivity; knowledge economics and new forms of technical progress. *International Journal of Innovation in the Digital Economy*, v. 1, p. 50-68, 2011.
- _____. Informação, conhecimento e direitos de propriedade intelectual: os limites dos mecanismos de mercado e das modalidades de negociação privada. A contribuição de Williamson à análise dos Direitos de Propriedade Intelectual. *Economia e Sociedade*, UNICAMP, v. 21, p. 54-72, 2012a.
- _____. Opacidade dos preços, assimetrias de informação e especulação: uma análise a partir da Economia da Informação de Stiglitz. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 5., 2012, São Paulo. **Anais ...** São Paulo, AKB, 2012b.
- _____. Economia de redes, externalidades e estruturas de mercado: o conceito de concorrência qualitativa. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 12, p. 87-125, 2013.
- KATZ M.L.; SHAPIRO C. Network externalities, competition and compatibility. *American Economic Review*, v. 75, n. 3, 1985.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Atlas, 1990.
- LAKATOS, Imre. History of science and its rational reconstructions, In: *Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association. Proceedings ...* [s.n.] 1970. P. 91-136.

- MARX Karl. *Contribution à la critique de l'économie politique*, 1972 [1859], Paris : Editions Sociales, 1972.
- _____. *Le Capital, Critique de l'économie politique*, 1976 [1875]. Paris: Editions Sociales, 1976.
- ORLEAN, André. *L'empire de la valeur. Refonder l'Économie*. Paris : Éditions du Seuil, 2011.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1821].
- RUBIN, Isaak I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980 [1776].
- SRAFFA, Piero. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias. Prelúdio para uma crítica da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- WILLIAMSON, Oliver E. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract, *Journal of Economic Perspectives*, v. 16, n. 3, Summer 2002.